

## **SOCIABILIDADE PATRIÓTICA E DEFESA DA CAUSA CONSTITUCIONAL**

**ANA CRISTINA ARAÚJO**

[araujo.anacris@sapo.pt](mailto:araujo.anacris@sapo.pt)

Doutorada em História Moderna e Contemporânea, é Professora Associada com agregação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura e diretora da *Revista de História das Ideias*. Tem-se dedicado à investigação em História das Ideias e da Cultura, séculos XVIII e XIX. É autora de numerosos artigos, em publicações nacionais e estrangeiras, e de vários livros, como *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações (1700-1830)*, Lisboa, 1997; *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Lisboa, 2003; e *Memórias Políticas de Ricardo Raimundo Nogueira (1810-1820)*, Coimbra, 2011. Co-coordenou recentemente o livro *Gomes Freire de Andrade e as Vésperas da Revolução de 1820*, Lisboa, 2018 e obras coletivas de referência sobre a Universidade no período pombalino.

### **Resumo**

A modernidade filosófica do Iluminismo contribuiu para a mudança de agentes culturais e de redes internacionais do conhecimento. Os veículos de comunicação intelectual, à escala europeia, foram expandidos e secularizados. Novas formas de sociabilidade intelectual e patriótica surgiram na esfera pública. Neste contexto, a sociabilidade mundana foi marcada pelo estabelecimento de associações filantrópicas, económicas e patrióticas. Neste estudo destacamos a importância que três associações tiveram no final do século XVIII e inícios do século XIX: a Sociedade dos Mancebos Patriotas com sede em Coimbra (1780); o Montepio Literário (1813); e a Sociedade Patriótica Literária de Lisboa (1822).

### **Palavras chave**

Luzes, Sociabilidade, Sociedades Patrióticas, Filantropia

### **Como citar este artigo**

Araújo, Ana Cristina (2021). Sociabilidade patriótica e defesa da causa constitucional. *Janus.net, e-journal of international relations*. Dossiê temático 200 anos depois da Revolução (1820-2020), VOL12 N2, DT1, Dezembro de 2021. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0121.5>

**Artigo recebido em 21 de Junho de 2021 e aceite para publicação em 29 de Julho de 2021**





## **SOCIABILIDADE PATRIÓTICA E DEFESA DA CAUSA CONSTITUCIONAL**

**ANA CRISTINA ARAÚJO**

No período que medeia entre a segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX ocorreram mutações significativas nos espaços, agentes e mecanismos de sociabilidade literária, cultural, científica e política na sociedade portuguesa. Sob a influência das Luzes, marcada por novas perceções da cultura e da filosofia de tipo enciclopedista, e tendo em conta os conhecidos canais de acesso à produção impressa estrangeira, por meio da circulação clandestina de livros, periódicos, novidades literárias e do teatro, foram despertando em cidades como Lisboa, Porto e Coimbra um conjunto diversificado de instituições associativas (Araújo, 2003). Em Portugal, à semelhança do que aconteceu em outros países europeus, a participação e a interação mundana caracterizaram os espaços de lazer, as tertúlias literárias e as sessões de recriação filosófica frequentados pelas elites culturais e por homens e mulheres letrados (Chartier, 1990). O convívio social e a acuidade a temas e problemas ligados à atualidade por parte destes grupos sociais acabaram por refletir as mudanças operadas no modo de apropriação e partilha do conhecimento, ensaiada primeiro em círculos culturais de recorte cosmopolita, em certames e encontros marginais aos tradicionais convívios cortesãos e em sessões académicas (Araújo, 2017a).

Portanto, as modernas dinâmicas de sociabilidade fizeram-se sentir de forma diferente em associações de cunho intelectual com reportório marcadamente pedagógico, como era o caso das academias literárias, científicas e militares, em sociedades económicas, como foi o caso da *Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público* de Ponte de Lima, direcionadas para o desenvolvimento económico e educativo local, e em reuniões mais ou menos anónimas, no café, no botequim e no passeio público, espaços onde a politização dos debates foi especialmente evidente a partir do alvorecer de Oitocentos. Nas grandes cidades, a par destes lugares de conversação e convívio expostos ao olhar de curiosos e à denúncia de espias ou agentes da Intendência Geral de Polícia, havia ainda os salões literários, o mais conhecido dos quais tutelado pela marquesa de Alorna, as assembleias privadas e públicas, as lojas maçónicas, as sociedades patrióticas, os gabinetes de leitura, a Biblioteca Pública de Lisboa, criada em 1796, e outras bibliotecas de acesso mais controlado, mas igualmente frequentadas por curiosos e eruditos de vários quadrantes sociais. Estes lugares propiciaram o alargamento de diversos elos de sociabilidade, nem sempre encadeados entre si, mas quase sempre dominados por preocupações mundanas, filosóficas e políticas. Apreciados em conjunto, estes espaços sinalizavam a emergência de uma nova morfologia



sociocultural urbana, especialmente em Lisboa, e contribuíam para desarticular os tradicionais suportes de convivência das elites, conferindo um cunho mais interclassista às associações de natureza instrutiva e recreativa.

Apesar das diferenças existentes entre as associações e as instituições atrás mencionadas – organizadas ou informais, espontâneas ou seletas, com ou sem patrocínio do rei ou de um mecenas, secretas ou públicas –, verifica-se que na maioria delas os seus membros perseguiram o desígnio de progresso da sociedade e de modernização cultural. No âmago de uma renovada convivialidade de eixo presentista, moldada por preocupações seculares, características do horizonte filosófico e científico da segunda metade do século XVIII, mas também no seio dos mais variados cenáculos literários e académicos, “os indivíduos procuravam um lugar, mais do que meramente devotado ao ócio, onde pudessem pensar, debater e criticar livremente. Desprendidos que estavam das habituais diligências e convenções a que, noutras instâncias como a Corte ou a Universidade, se achavam obrigados, eles vão, assim, ao mesmo tempo, atualizando os seus interesses e gostos e redefinindo, enquanto atores, a esfera pública em que se inserem” (Silva, 2020: 27).

Como afirma Maria Alexandre Lousada, esses novos espaços de encontro e debate de ideias funcionaram como autênticos “laboratórios sociais” e revelaram-se fundamentais para a emergência da esfera pública política em inícios de Oitocentos, já sob os auspícios da Revolução Francesa (Lousada, 2017: 319).

Não é possível avaliar, em breves palavras, os modelos de organização e reunião destas agremiações, nem tão-pouco o produto do labor empenhado de algumas delas, mas a partir de um ou de outro caso é fácil perceber que muitas tinham como ponto de partida discussões em círculos de amigos versando temas relacionados com projetos de melhoramento público, obras filantrópicas e educativas. Os espíritos mais esclarecidos consideravam portanto que a amizade e a filantropia convergiam para o aperfeiçoamento do género humano, inspirando a ação de notórias figuras identificadas com os ideais das Luzes (Ramos, 1988: 99).

Neste contexto, sem outro fim que não fosse o contributo desinteressado de uns em prol de todos, nasceram as chamadas sociedades dos amigos do bem comum, também ditas sociedades patrióticas. O programa destas sociedades mostrava que a mobilização civil era determinada pela correlação prática da instrução, da filantropia, da divulgação científica e do fomento da atividade económica. Em Portugal, o modelo que vingou, com manifesta tibieza, foi inspirado no robusto figurino espanhol das *sociedades económicas de los amigos del país*. Do outro lado da fronteira, o movimento de expansão das sociedades económicas iniciou-se no País Basco, com a Sociedade Vascongada (1764) e contou com o apoio expresso do ministro Campomanes. Em Portugal, as sociedades económicas constituídas por bons patriotas, no âmbito da sociedade civil, participavam de um novo entendimento da cultura científica e da sua utilidade para o bem-estar da nação. Eram também portadoras de uma renovada visão do patriotismo, já não ancorado em feitos bélicos, na ancestralidade dos antepassados e em grandes honrarias mas numa dimensão cívica de pertença territorial, de presença social e de participação ativa na vida da comunidade. Em termos práticos, apontava-se para um patriotismo alicerçado na participação de cada em prol do bem de todos e para o desenvolvimento económico da região, da localidade e do país (Catroga, 2013).



Nas décadas de 70 e 80 do século XVIII, surgiram nas regiões do Minho, Elvas, Douro, Valença e Évora, várias tentativas de constituição de sociedades patrióticas (Cardoso, 1989: 110; Vaz, 2002: 222). A única que chegou a ter um funcionamento regular foi a *Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público* de Ponte de Lima, fundada em 1779-1780. Tinha por objetivos *promover a Agricultura em todos os ramos, que a respeito, as Artes, e a Industria*. Previa a constituição de uma livraria enriquecida com obras de natureza económica, a publicação de memórias e a instituição de escolas patrióticas, gratuitas, onde se ensinariam ofícios, por exemplo, a tecer e branquear o linho. Previa também a aquisição de máquinas, utensílios agrícolas, sementes e plantas, bem como a concessão de prémios monetários, depois de devidamente aprovados pelos sócios, àqueles que solucionassem problemas respeitantes aos diversos ramos da agricultura.

Dispondo de um programa objetivamente ambicioso, a *Sociedade Económica de Ponte de Lima*, muito por falta de uma base social de apoio sólida acabaria, à semelhança de outros projetos, por soçobrar. A despeito disso, porém, não deve ser negligenciado o facto de ter tido como vice-presidente um limiano ilustrado, o ministro António de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, e de as suas aspirações reformistas terem permanecido em embrião e influenciado a formação de outras associações congéneres. Neste campo, merece destaque a tentativa de constituição de uma *Sociedade dos Mancebos Patriotas Estabelecida em Coimbra no ano de 1780 debaixo da Real Protecção de sua Alteza o Serenissimo Senhor Principe do Brazil, cujos Estatutos Literários*.

Provinda do meio académico e arquitetada por um grupo de estudantes, esta associação económica procurava incorporar e levar mais longe o espírito científico, de matriz técnico-experimental e racionalista que presidira à reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772). Guiados pela certeza de que era imperiosa a instrução e vulgarização do conhecimento científico pretendiam os mancebos, ou seja, os rapazes sócios da agremiação patriótica instituir um organismo versado nas ciências naturais e ativo no processo de desenvolvimento da produção regional. Dito de outro modo, pretendiam criar uma sociedade patriótica que fosse capaz de sensibilizar os cidadãos das províncias do reino para a utilidade social do conhecimento técnico-científico. O Memorial que acompanhava os *Estatutos Literários e Económicos da Sociedade* afirmava, portanto, que “os mancebos estudiosos, filhos da Universidade, aplicados às Sciencias da Natureza [...] para o futuro jurarão prestar à Pátria os esforços dos seus talentos”<sup>1</sup>.

A sociedade que “nasceu sobre os votos dos bons cidadãos” recomendava que nas suas atividades e reuniões públicas e particulares se praticasse “a união, a simplicidade no comportamento, a sinceridade nas consultas e conferencias”<sup>2</sup>. Entre outras atividades, relacionadas com recolha de amostras de História Natural, com a promoção de culturas apropriadas à natureza dos solos e com o desenvolvimento das manufaturas locais, os sócios deviam produzir regularmente memórias científicas sobre os trabalhos de campo a empreender.

Neste capítulo, contavam com a tradução de inúmeras obras didáticas e memórias instrutivas consentâneas com este e outros projetos de sociedades patrióticas. Refiram-se apenas alguns títulos desta moderna e especializada biblioteca de textos económicos

<sup>1</sup> ANTT, Real Mesa Censória, nº 702.

<sup>2</sup> ANTT, Real Mesa Censória, nº 702, fls. 26-27.



e patrióticos. O Discurso sobre a *Educação e Fomento dos Artistas* (1774) de Camponanes, divulgado em diferentes versões portuguesas, remetia claramente para o modelo instrutivo de promoção das atividades económicas praticado em Espanha. Mas outros textos circularam em Portugal na década de oitenta do século XVIII, como demonstram as traduções e artigos publicados na *Miscellanea Curioza e Proveitoza*, entre 1781 e 1785 (Nunes, 2001: 55-61); as remissões à *Sociedade Económica de Berna*, criada em 1766, feitas por José António de Sá no *Compendio de Observações que formão o plano de Viagem Política e Filosófica que se deve fazer dentro da Patria* (1783) e por Vilalobos e Vasconcelos nos *Elementos de Polícia Geral de Hum Estado* (1786-1787); e como atesta ainda a tradução de Francisco Xavier do Rego Aranha dos *Elementos de Agricultura fundados sobre os mais sólidos princípios da razão, e da experiência, para uso das pessoas do campo, que mereceram o premio da Sociedade Economica de Berne em 1774 por Mr. Bertrand*, dada ao prelo, em Lisboa, em 1788. A conceção deste livro remonta ao tempo de fundação e/ou refundação da *Sociedade dos Mancebos Patriotas de Coimbra*, aceitando como balizas do ciclo de vida desta agremiação, de acordo com as datas de 1780 e a rasura de 1785 que constam do texto manuscrito dos seus Estatutos. Conforme explica na dedicatória e na advertência a esta edição Manuel Henrique de Paiva, que dá ao prelo a obra, a tradução daquela memória, cujo autor era pastor protestante e membro da Sociedade de Berna, fora realizada pelo “bacharel F. X. Aranha (...) no tempo, em que estudava jurisprudencia e historia natural na Universidade de Coimbra: e havendo-ma entregado para della fazer o que entendesse, assentei comigo que faria grande utilidade ao Publico, publicando-a com algumas notas, que esclarecessem a matéria” (Araújo, 2017b: 114-115).

Apesar da sua envolvimento institucional e instrutiva, a *Sociedade dos Mancebos Patriotas Estabelecida em Coimbra* não chegou a sair do papel, pois os estudantes envolvidos na sua conceção acabaram julgados em 1781 depois de terem sido imputadas condutas errantes e libertinas a Manuel Henriques de Paiva, Vicente Seabra da Silva Teles, Francisco José de Almeida, Francisco de Melo Franco, António de Moraes Silva, Pereira Caldas e outros estudantes (Ramos, 2001: 311-326).

Também ligada à instrução pública, mas com uma finalidade eminentemente filantrópica surgiu, em 1813, com um outro figurino associativo, o *Monte Pio privativo dos professores e mestres da Corte*, que só passou a funcionar regularmente a partir de 1816 (Araújo, 2021). O Montepio formou-se por iniciativa de um grupo de professores régios que se uniu com o propósito de remediar o progressivo empobrecimento da classe e de responder às dificuldades vividas durante as invasões francesas (1807-1811) e no pós-guerra. Os fundamentos da associação assentavam, portanto, num programa filantrópico e mutualista destinado a um conjunto amplo de associados e famílias de professores e homens de letras.

No essencial, os fundadores do Montepio procuraram acautelar, de forma voluntária e livre, condições dignas de sobrevivência na velhice a um grupo considerável de indivíduos que se superiorizavam da população em geral pelo domínio da cultura escrita mas cujos recursos materiais eram notoriamente baixos. A iniciativa de constituição desta associação patriótica e mutualista replicava assim o sentido originário de outras associações mutualistas e de beneficência existentes na Europa, conforme comprovavam os estatutos da associação.



O projeto do Montepio Literário, designação porque ficou conhecida esta associação, foi ideado por Joaquim Lemos Seixas Castel-Branco, professor régio de primeiras letras na cidade de Lisboa, cavaleiro da ordem de Cristo e proprietário do colégio dos Cardaes de Jesus, por ele fundado na capital, em 1815. Joaquim de Seixas Castel-Branco era um homem ilustrado, subescrevia os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, jornal de exílio, publicado, em Paris, por Solano Constâncio, e procurava ajustar a sua atividade pedagógica aos ideais humanitaristas e filantrópicos das Luzes. À época era também adepto do constitucionalismo liberal britânico. Antes de lançar, com outros apoiantes, o projeto do Montepio Literário deu ao prelo, em 1809, um curioso opúsculo intitulado *Breve mas circunstanciada noticia do governo e constituição da Grã-Bretanha, com huma noticia geral de todas as revoluções que tem acontecido aos reis e á nação*. Tanto quanto sabemos, trata-se do primeiro escrito de que há notícia de adesão expressa ao modelo constitucional inglês publicado em Portugal. Portanto, não foi indiferente à consumação do paradigma de sociabilidade mutualista de Joaquim Lemos Seixas Castel-Branco esta referência ideológica que, sendo fruto da sua formação intelectual, acabou por ser publicamente sustentada no contexto das guerras napoleónicas e da crise internacional de inícios do século XIX.

Mas voltando agora ao Compromisso do Montepio, ou estatutos, é sabido que o termo de aprovação desta associação foi subscrito, inicialmente, por pouco mais de 130 professores e homens de letras. Aos requerentes a sócios do Montepio pedia-se que atestassem a sua profissão, morada e idade e, não sendo professores, que apresentassem também uma certidão *de vitae et moribus* passada pelo pároco da sua freguesia. Em suma, todos os associados deviam ser indivíduos virtuosos e trabalhadores, discretos e respeitadores do compromisso lido no ato de matrícula e sobre o qual haviam prestado juramento ao serem admitidos. Uma vez matriculados, passavam a ter o estatuto de compromissários. Contraíam um encargo financeiro inicial e pagavam mensalmente ao cofre do Montepio uma contribuição, com o objetivo de acautelarem uma subvenção, em caso de doença e fatalidade de perda de emprego na velhice, ou uma tença, por morte, a favor, primordialmente, de suas viúvas e órfãos. No termo de inscrição ou matrícula o compromissário devia declarar os nomes dos familiares diretos que estatutariamente podiam beneficiar do cofre da associação mutualista.

O Montepio congregou, à partida, inúmeros espíritos ilustrados. Alguns dos seus membros eram maçons, como António Maria do Couto (Marques, 1990, 342) e, com grande probabilidade, alguns associados terão mesmo mantido contactos com o grupo de conspiradores que reunia na Rua do Salitre, em vésperas da conspiração de Gomes Freire de Andrade.

Pelos seus propósitos mutualistas, sociais e culturais, esta associação prenunciava a emergência de um padrão secularizado de sociabilidade e de novas preocupações filantrópicas na esfera civil. De forma livre, voluntária e a coberto de um sistema de quotizações, oferecia aos seus associados uma série de socorros mútuos, incluindo a pensão de reforma atribuída aos associados e suas viúvas a partir da constituição de um fundo financeiro próprio.

Mas há outros aspetos importantes a referir: o Montepio ramificou-se por todo o país, ou seja, tinha sede em Lisboa e delegações nas províncias. Era uma associação secularizada formada por homens livres e beneficentes, com uma filosofia distinta do modelo de



caridade das confrarias e irmandades religiosas. Os seus estatutos proibiam mesmo os associados de envergarem, na sua festa anual, hábito religioso, opa ou qualquer insígnia de alheia confraternidade. Os estatutos contemplavam também a “construção de hum colegio de educação” destinado a acolher os órfãos dos associados e um recolhimento para as suas viúvas e filhas solteiras que não chegou a ser criado (Couto 1816: 27). Com o objetivo de praticar o bem e instruir os sócios aventou-se, mais tarde, a integração do Gabinete Literário que funcionava, em 1821, contíguo às instalações do estabelecimento mutualista num mesmo espaço comum sito na Rua dos Douradores, número 31.

Nos primeiros cinco anos de funcionamento do Montepio, o número de compromissários foi sempre aumentando. Até ao ano de 1821, só em Lisboa candidataram-se a sócios do Montepio cerca de mil indivíduos (Couto 1821: p. 11). Apesar do seu poder de mobilização e da sua atratividade social, a associação mutualista passou por dificuldades financeiras e logo após a instalação da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino na capital, um dos seus primeiros atos públicos foi o agradecimento de Manuel Fernandes Tomás com uma cédula de “compromissário honorário” do Montepio Literário<sup>3</sup>. O reconhecimento de uma das figuras políticas mais influentes do movimento liberal, assinalava assim a adesão da associação mutualista ao novo regime.

Para melhor inteligência da lei chegaram a ser coligidas, no decurso do triénio liberal, novas regras a observar na instituição, que passaria a ter a designação de “Monte Pio Nacional”<sup>4</sup>. Estas normas comportavam continuidades e mudanças, sendo a mais relevante a que franqueava o acesso das mulheres ao Montepio, com o estatuto de associadas ou compromissárias, isto é de benfeitoras<sup>5</sup>.

Ainda que não tenham sido postas em prática as recomendações da Comissão administrativa Montepio Literário<sup>6</sup>, criada pelo executivo liberal, as preocupações filantrópicas e humanistas da classe política ampliaram o debate, conferindo-lhe um carácter interclassista e chamando à liça a participação das mulheres na associação mutualista.

No contexto da revolução de 1820, disseminaram-se os focos de sociabilidade patriótica e política. Muitos destes ativos polos de convergência de cidadãos empenhados na mudança de regime tinham origem em instituições maçónicas e paramaçónicas fundadas no âmbito da cultura, da beneficência, da atividade jornalística e da política parlamentar (Gil Novales, 1975). Segundo A. H de Oliveira Marques a “maioria das sociedades patrióticas que surgiu em Portugal em 1820-23 (estamos a falar de 18 sociedades patrióticas) e, depois, em 1834-42, “teve origem maçónica”. Para todos os efeitos, este autor não as equipara às lojas mas considera-as organizações paramaçónicas. (Marques, 1997: 267).

<sup>3</sup> ANTT, Ministério do Reino, maço 360, docs. 6 e 8. A cédula, lacrada e datada de 1 de outubro de 1820, está assinada pelo Provedor substituto Joaquim José Ferreira de Carvalho, pelo Tesoureiro José António Monteiro e pelo secretário Caetano Pedro da Silva. A carta justificativa desta concessão graciosa é também assinada pelo promotor geral António Maria do Couto.

<sup>4</sup> ANTT, Ministério do Reino, maço 360, doc. 9, fl. 63 a 68v – Coleção de Regras para o regimen do Monte Pio Nacional.

<sup>5</sup> ANTT, Ministério do Reino, maço 360, doc. 9, fl. 64v-65 – Coleção de Regras para o regimen do Monte Pio Nacional.

<sup>6</sup> Da incerta evolução posterior do Montepio pouco se sabe. Terá sobrevivido com dificuldades acrescidas até se extinguir por total falta de crédito antes de findar segunda década do século XIX.



A mais importante Sociedade patriótica do período vintista, foi fundada oficialmente em Lisboa (2-1-1822) e chegou a reunir 269 afiliados. Referimo-nos à *Sociedade Literária Patriótica* que teve também a sua origem ligada ao *Gabinete de Leitura e Composição*, *Gabinete Literário*, fundado por uma Associação de Patriotas Portugueses e destinado a congregar e a empreender todos os esforços em prol da *Liberdade pela mais perfeita Constituição*<sup>7</sup>.

José Portelli que esteve diretamente envolvido na criação e funcionamento do Montepio Literário foi também um dos fundadores da *Sociedade Literária Patriótica*, e do *Gabinete de Leitura e Composição*<sup>8</sup>, levando-nos a presumir que uma e outra instituição eram produto de uma mesma ideia-mãe. Isso mesmo é afirmado por Adrien Balbi no *Essai Statistique Sur Le Royaume De Portugal Et D'Algarve* que relaciona os "membres qui formaient le cabinet littéraire de Lisbonne, établi en 1821", com a "Académie littéraire, sous le titre de Sociedade Literária Patriotica de Lisboa" (Balbi, 1822: 1-19).

Beneficiando das liberdades de reunião e comunicação que o novo regime possibilitara, o *Gabinete de Leitura e Composição* desenvolveu inicialmente um plano de atividade de clara orientação política liberal, mais inspirado no modelo das sociedades patrióticas do que no clássico figurino dos *cabinets de lecture* (em França) ou das *circulating libraries* (no Reino Unido). Pretendiam os fundadores do gabinete que o seu projeto servisse de esteio a um ordenado e esclarecido processo de formação cívica, cuja intenção suprema seria a de *firmar a Liberdade pela mais perfeita Constituição*.

Para tal, consideravam necessário assegurar, primeiro, a observância de uma série de condições indispensáveis à sustentação e consolidação da *Sociedade Literária Patriótica* que se formou a partir do *Gabinete de Leitura e Composição*. Cuidaram assim de garantir através da cotização dos seus membros a viabilidade financeira da sociedade patriótica e aplicaram todos os seus esforços na definição de um programa de formação ideológica da sociedade civil. Entre os requisitos de funcionamento da sociedade avultava o carácter internacional conferido à atividade dos sócios. Estes deviam manter contacto regular com o estrangeiro, nomeadamente por meio da consulta de jornais e periódicos espanhóis, italianos, ingleses e franceses e estimular, sempre que possível, o relacionamento próximo com agentes liberais desses países. Deste modo a *Sociedade Literária Patriótica* participou ativamente daquilo a que Maurizio Izabella chamou a Internacional Liberal do sul da Europa, no tempo da Restauração.

A *Sociedade Literária Patriótica* teve portanto um gabinete literário com oficinas de leitura, previu editar obras originais e trabalhos de tradução e publicou um jornal, ambição comum a outras organizações congéneres, nomeadamente, à *Sociedade Patriótica Constitucional* ao *Gabinete de Minerva* que, no entanto, não conseguiram materializar essa intenção.

O jornal da *Sociedade Literária Patriótica* era generalista. Continha uma série de artigos sobre política mas também sobre arte, indústria, comércio, economia, ciência, história e literatura. Dava a conhecer, com frequência, os assuntos tratados nas reuniões da *Sociedade Literária*, que tinham lugar semanalmente. Noticiava e comentava os mais

<sup>7</sup> *O Portuguez Constitucional*, nº 37, 4 de novembro de 1820.

<sup>8</sup> Assim corrobora na *Gazeta Universal* nº 30, 7 de fevereiro de 1822, p. 2 quando noticia: "o M. R. P. Portelli, Pai e fundador da Soc., de cujo prospecto he author, e para as bases da qual lançou pedra fundamental no seu Gabinete Litterario".



recentes acontecimentos políticos internacionais (com destaque para os avanços da Santa Aliança e para as pretensões de independência dos deputados do Brasil) e publicava ainda leis, decretos, portarias, bem como extratos das sessões das Cortes.

Os responsáveis pela redação do jornal eram, ao todo, cinco distintos sócios. Entre os redatores constavam Almeida Garrett e Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, a quem se atribui, aliás, a direção da redação do jornal (Balbi, 1822: 2-138), embora nenhum artigo publicado no periódico da *Sociedade Literária* se faça, na verdade, acompanhar da identificação de autoria.

O jornal era bissemanal e o seu corpo redatorial previra a publicação de suplementos dedicados à causa da Constituição e da Liberdade. Na verdade encontramos artigos sobre estas temáticas, como o célebre texto intitulado: *Dos amigos e inimigos da patria e da Constituição* escrito com o intuito de reforçar o apoio à causa constitucional e de reprovar todos aqueles que manchavam *as leys fundamentaes ou Constituição do estado*<sup>9</sup>.

A análise do corpo de sócios evidencia, como foi sublinhado por Maria Carlos Radich e Diana Silva, o seu inegável carácter burguês (Radich, 1982: 2-125; Silva, 2020: 102-103). No total, cerca de 40% dos seus membros estavam diretamente ligados ao comércio e a atividades produtivas. Para além disso, 33% dos membros da *Sociedade Literária Patriótica* pertenciam efetivamente à Maçonaria (Marques, 1997: 270).

As características sociológicas e culturais da associação revelavam-se consentâneas com a transformação das práticas e dos espaços de sociabilidade ocorridos na sociedade portuguesa na transição do século XVIII para o século XIX. Dito de outro modo, o patriotismo cívico destas organizações emergentes correlacionava-se com a ascensão de certos grupos sociais que, destacando-se pelas letras ou fazendo fortuna, procuraram granjear no espaço de convívio intelectual e de lazer, prestígio, notoriedade e influência política. Neste contexto, percebe-se o impacto que as sociedades patrióticas tiveram sobre as camadas burguesas, mobilizando-as para a adesão ao liberalismo e para o desenvolvimento do espírito cívico e político indispensável à conservação do regime constitucional. Em grande medida, o crédito público da *Sociedade Literária Patriótica* passou também pela discussão, esclarecimento e comunicação de tudo o que se discutia nas Cortes Vintistas.

Finalmente é também interessante constatar que foi precisamente pela mão de um dos sócios da *Sociedade* (e/ou sob sua tutela), João Damásio Roussado Gorjão, com a colaboração provável de outros colegas, que nasceu a célebre obra de propaganda eleitoral, *Galeria dos deputados das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, referente à primeira época do liberalismo e publicada para informação do público, em vésperas das eleições para a segunda legislatura das Cortes

## Referências

### Fontes

ANTT, Real Mesa Censória, nº 702.

ANTT, Ministério do Reino, maço 360.

<sup>9</sup> *Jornal da Sociedade Literária Patriótica*, vol. 1, pp. 234 e ss.



Balbi, Adriano (1822). *Essai Statistique Sur Le Royaume De Portugal Et D'Algarve*, Paris: Rey et Gravier Libraires, 2 vols.

Couto, António Maria do (1821). *Manifesto, ou Memoria Historica do Monte Pio Litterario, Offerecida, por parte da Meza, que o administra ao Congresso Nacional*. Lisboa: Na Impressão Alcobia.

*Jornal da Sociedade Literária Patriótica de Lisboa* (1822). Lisboa: na Typographia Rollandiana, vols. 1 e 2.

*O Portuguez Constitucional* (1820), nº 37, 4 de novembro.

### Estudos

Araújo, Ana Cristina (2003). *A Cultura das Luzes em Portugal Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Araújo, Ana Cristina (2017a). Leituras e práticas de civilidade em Portugal. In FLECK, Eliane C. D. E DILMAN, Mauro (Orgs.), *Escritas e Leituras. Teams, fontes e objectos na Iberoamérica séculos XVI-XIX*. São Leopoldo: Oikos Editora

Araújo, Ana Cristina (2017b). O governo da natureza no pensamento da geração universitária de finais do século XVIII: os Estatutos Literários e Económicos da Sociedade dos Mancebos Patriotas de Coimbra. In *A Universidade Pombalina. Ciência, Território e Coleções Científicas*, ARAÚJO, Ana Cristina e FONSECA, Fernando Taveira da (coord.), Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 87-138.

Araújo, Ana Cristina (2021). O Montepio Literário e a Revolução de 1820. Princípios mutualistas para professores e homens de letras. *Cadernos do Arquivo Municipal – Edição especial: A Revolução e a Monarquia Constitucional (1820-1910)* 15: pp. 65-81.

Catroga, Fernando (2013). *A Geografia dos Afectos Pátrios*. Coimbra: Almedina.

Chartier, Roger (1990). *Les origines culturelles de la Révolution Française*. Paris: Ed. du Seuil.

Cardoso, José Luís (1989). *O Pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII: 1780-1808*, Lisboa: Estampa.

Gil Novales, Alberto (1975). *Las sociedades patrióticas (1820-1823): las libertades de expresión y de reunión en el origen de los partidos políticos*, Madrid: Editorial Tecnos, 2 vols.

Izabella, Maurizio (2009). *Risorgimento in exile. Italian émigrés and liberal international in the post-Napoleonic era*. Oxford: Oxford University Press.

Lousada, Maria Alexandre (2017). "Para uma arqueologia do espaço público e da sociedade civil em Portugal (século XVIII-1926)", *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, vol. III, nº especial, jul./dez., pp.

Marques, A H. de Oliveira Marques (1990). *História da Maçonaria em Portugal*, vol. 1, *Das origens ao triunfo*. Lisboa: Editorial Presença.

Marques, A H. de Oliveira Marques (1997). *História da Maçonaria em Portugal*, vol. 3, *Política e Maçonaria 1820-1869 (2ª Parte)*. Lisboa: Editorial Presença.



---

Nunes, Maria de Fátima (2001). *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de "sciencia agricola" em Portugal*, Lisboa: Estar, 2001, pp. 84-86.

Radich, Maria Carlos (1982). Formas de organização política: sociedades patrióticas e clubes políticos. 1820-1836. In *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do séc. XIX: comunicações*, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982, vol. 2, vol. 2, pp. 117-14.

Ramos, Luís A. de Oliveira (1988). *Sob o signo das "Luzes*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda.

Ramos, Luís A. de Oliveira (2001). Sobre os ilustrados da Academia de Coimbra. In *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Universidade do Porto, vol. 2, pp. 311-326.

Silva, Diana Tavares da (2020). *A Sociedade Literária Patriótica de Lisboa: Sociabilidade e Cultura Política*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra: ed. mimeografada.

Vaz, Francisco Lourenço (2002). *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da ilustração portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Colibri.